

O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021



O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

2

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

O direito enquanto fenômeno multidimensional 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito enquanto fenômeno multidimensional 2 /
Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-361-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.610211908>

1. Direito. 2. Leis. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner
Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL 2**, coletânea de vinte capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, no presente volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito penal e criminologia; estudos em direito do trabalho; e estudos sobre a justiça e seu funcionamento.

Estudos em direito penal e criminologia traz análises sobre descriminalização do aborto, estado de exceção, teoria da coculpabilidade do estado infrator, segurança, legítima defesa, crime organizado, presídios, revista vexatória, humanização das penas, estado de necessidade, prova ilícita pro reo e direito ao esquecimento.

Em estudos em direito do trabalho são verificadas contribuições que versam sobre trabalho infantil, sindicato, princípio da unicidade sindical, uberização e métodos alternativos de solução de conflitos.

No terceiro momento, estudos sobre a justiça e seu funcionamento, temos leituras sobre a justiça cível e sobre a justiça eleitoral.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!


Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A LEITURA MORAL EM DWORKIN E O JULGAMENTO DA ADPF 442: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO DE DWORKIN E COMO ESTE PODE AUXILIAR NA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

Ingrid Maria Sindeaux Baratta Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6102119081>

CAPÍTULO 2..... 17

O ESTADO DE EXCEÇÃO NA VISÃO DE GIORGIO AGAMBEN E HANNAH ARENDT: UMA ANÁLISE JURÍDICA A PARTIR DA REALIDADE BRASILEIRA

Amanda Pimentel de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6102119082>

CAPÍTULO 3..... 29

A APLICAÇÃO DA TEORIA DA COCULPABILIDADE DO ESTADO INFRATOR EM SENTENÇAS PENAS ABSOLUTÓRIAS

Francisco Davi Nascimento Oliveira


Flávia Maria Rocha Melo

José Francisco da Silva Júnior

Larah Roberta Campos Cansação

Dayane Reis Barros de Araújo Lima

Romélio Alves Carvalho da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6102119083>

CAPÍTULO 4..... 38

SEGURANÇA PÚBLICA E REGULAÇÃO NA SEGURANÇA PRIVADA


Eliseu Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6102119084>

CAPÍTULO 5..... 53

A INCLUSÃO DE SITUAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA AOS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA PELA LEI N. 13.967/2019 E A APLICABILIDADE NORMATIVA

Thiago Martins Carneiro


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6102119085>








CAPÍTULO 6..... 67

A NECESSÁRIA INTERVENÇÃO ESTATAL PARA COIBIR O CRIME ORGANIZADO NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

Ari de Moraes Carvalho

Marcos Nogueira de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6102119086>


CAPÍTULO 7	86
REVISTA VEXATÓRIA NOS PRESÍDIOS Flaviana dos Santos Oliveira Cruz Sumye Ischy Laranjeiras  https://doi.org/10.22533/at.ed.6102119087	
CAPÍTULO 8	104
SEXO OPRIMIDO: O ESQUECIMENTO DAS PARTICULARIDADES DO SEXO FEMININO DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL Maria Rita Borges Ferreira Veloso  https://doi.org/10.22533/at.ed.6102119088	
CAPÍTULO 9	112
APAC: UMA INSTITUIÇÃO A FAVOR DA HUMANIZAÇÃO DAS PENAS Bárbara Paiva  https://doi.org/10.22533/at.ed.6102119089	
CAPÍTULO 10	118
ESTADO DE NECESSIDADE COMO INSTITUTO DE POLÍTICA CRIMINAL Antônio Martelozzo Chede Mamedio Bark  https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190810	
CAPÍTULO 11	130
CRIMES PASSIONAIS: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS NA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA Rosa Cristina da Costa Vasconcelos Andrea Soutto Mayor  https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190811	
CAPÍTULO 12	137
A ADMISSIBILIDADE DE PROVA ILÍCITA ‘PRO REO’: RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE E O DIREITO COMPARADO Jade Mireya Cambuí Moacyr Miguel de Oliveira  https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190812	
CAPÍTULO 13	141
O DIREITO AO ESQUECIMENTO: A BARREIRA LIMÍTROFE À LEI Nº 14.069/2020 Igor Medinilla de Castilho Andréia Fernandes de Almeida Rangel Laone Lago  https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190813	

CAPÍTULO 14..... 154

O DIREITO AO ESQUECIMENTO ENQUANTO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO A PERSONALIDADE FRENTE AO COMBATE DA CYBERCRIMINALIDADE

Mateus Catalani Pirani

Maria Beatriz Espinoza Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190814>

CAPÍTULO 15..... 166

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: EVIDENCIANDO DADOS E DISCUTINDO MECANISMOS DE COMBATE


Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo

Luiz Carlos de Abreu

César Albenes de Mendonça

Kátia Valeria Manhabusque

Italla Maria Pinheiro Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190815>

CAPÍTULO 16..... 180

REFORMA TRABALHISTA E SEUS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, INSTITUIÇÕES SINDICAIS E A RELATIVIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL

Bruna Rafaela da Silva Ferreira

Daniele Esteves Bisterço

Júlia Brandane Breda

Monique Hubach Pieretti


José Eduardo Lima Lourencini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190816>

CAPÍTULO 17..... 200

A RELAÇÃO DE TRABALHO ENTRE A UBER E SEUS “PARCEIROS”: O MOTORISTA ANTÔNIO

Jackeline Cristina Gameleira Cerqueira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190817>

CAPÍTULO 18..... 216

A APLICABILIDADE DOS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DO TRABALHO

Eduardo Eger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190818>


CAPÍTULO 19..... 226

O FIM DO “DEPENDE”: JURIMETRIA DOS PROCESSOS DA 7ª SECRETARIA ESPECIAL CÍVEL DE CURITIBA/PR ENTRE 2015 e 2017

Fernando Schumak Melo

Amanda Caroline Camilo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190819>

CAPÍTULO 20.....	241
AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DE ATUAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL E SUA IMPORTÂNCIA NA GARANTIA DA REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICA Henrique Rabelo Quirino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61021190820	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	252
ÍNDICE REMISSIVO.....	253

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: EVIDENCIANDO DADOS E DISCUTINDO MECANISMOS DE COMBATE

Data de aceite: 02/08/2021

Data de submissão: 12/07/2021

Bruno Gonzaga da Silveira Cardozo

Escola Superior de Ciência da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
<http://lattes.cnpq.br/4289320339291256>

Luiz Carlos de Abreu

Universidade Federal do Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6796970691432850>

César Albenes de Mendonça

Escola Superior de Ciência da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
<http://lattes.cnpq.br/1459198997238731>

Kátia Valeria Manhabusque

Escola Superior de Ciência da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
<http://lattes.cnpq.br/3077278620319038>

Italla Maria Pinheiro Bezerra

Escola Superior de Ciência da Santa Casa de
Misericórdia de Vitória
<http://lattes.cnpq.br/1397465981683916>

RESUMO: Introdução: O trabalho infantil é um problema no Brasil e no mundo, indo contra direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, o que pode interferir no seu desenvolvimento mental, físico, social e moral, além disso, atinge diretamente as questões escolares, pois acabam privando a frequência ou gerando abandono. Por isso, é importante identificar mecanismos capazes de combater-lo e

investigar perspectivas futuras na saúde pública para mudar tal cenário. **Objetivo:** Analisar o trabalho infantil no Brasil entre 2004 a 2019. **Método:** Trata-se de um estudo documental tendo como fontes de dados informações referentes ao trabalho infantil no Brasil entre os anos de 2004 e 2019. A coleta de dados ocorreu através de dados secundários, pré-existentes, oriundos de sites eletrônicos de acesso público e bases governamentais. **Resultados:** Diante dos dados apresentados, observou-se que 1,768 milhões de crianças e adolescentes com idade entre cinco e 17 anos trabalham no Brasil, o que representa 4,5% da população dessa faixa etária. Em relação aos locais que são desenvolvidas as atividades, 75,8% são na área urbana e 24,2% na área rural. 1.174 milhões (66,4%) eram do sexo masculino e 594 mil eram do sexo feminino (33,6%). **Conclusão:** Nota-se que o trabalho infantil no Brasil ainda é muito mais elevado do que o esperado, revelando a necessidade de desenvolver novas políticas públicas voltadas para esse público e fiscalizar de maneira mais rigorosa os ambientes de trabalho, desse modo é possível garantir que crianças e adolescentes possam viver todas as fases da sua vida com qualidade e com todos os direitos que lhe são cabíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Infantil. Trabalho Precoce. Criança. Adolescente.

CHILD LABOR IN BRAZIL: EVIDENCE DATA AND DISCUSSING COMBAT MECHANISMS

ABSTRACT: Introduction: Child labor is a problem in Brazil and in the world, going against

the fundamental rights of children and adolescents, which can interfere with their mental, physical, social and moral development. Furthermore, it directly affects school issues, as they end up depriving frequency or generating abandonment. Therefore, it is important to identify mechanisms capable of combating it and to investigate future perspectives in public health to change this scenario. **Objective:** To analyze child labor in Brazil between 2004 and 2019. **Method:** This is a documental study using information on child labor in Brazil between 2004 and 2019 as data sources. Data collection occurred through data secondary, pre-existing, from publicly accessible electronic sites and government bases. **Results:** Based on the data presented, it was observed that 1.768 million children and adolescents aged between five and 17 years work in Brazil, which represents 4.5% of the population in this age group. Regarding the places where activities are developed, 75.8% are in the urban area and 24.2% in the rural area. 1,174 million (66.4%) were male and 594 thousand were female (33.6%). **Conclusion:** It is noted that child labor in Brazil is still much higher than expected, revealing the need to develop new public policies aimed at this audience and more rigorously inspect work environments, thus it is possible to ensure that children and adolescents can live all phases of their lives with quality and with all the rights that are appropriate to them. **KEYWORDS:** Child labor. Early Work. Kid. Adolescent.

1 | INTRODUÇÃO

A evolução do indivíduo é caracterizada pelo processo de evolução física, cognitiva e psicossocial que acontece de acordo com as etapas vivenciadas desde a concepção até o amadurecimento (PAPALIA, FELDMAN, 2013).

O Brasil foi um dos 193 países signatários da Agenda 2030 que se trata de um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituído por 17 objetivos e 169 metas a serem cumpridas até 2030 e que buscam um compromisso global para o progresso e o crescimento em bases justas e equitativas, integrando as dimensões sociais, econômicas e ambientais. (BRASIL, 2019; BRASIL, 2017).

O tema do trabalho é incorporado no Objetivo 8, mas também figura em vários outros, tendo em vista que a categoria trabalho é edificante para a concepção de um mundo desenvolvido, próspero e sustentável. A meta 8.7, especificamente, aborda a eliminação do trabalho infantil em todas as suas formas até o ano de 2025 (ONU, 2015).

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), em parceria com o Ministério Público do Trabalho, publicou o relatório “Trabalho Infantil nos ODS”, em que aborda os desafios do Brasil para cumprir a meta de erradicação do trabalho infantil até o ano de 2025 (BRASIL, 2017).

Às atividades econômicas e/ou de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes, além de toda atividade realizada que por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é executada, possa prejudicar o seu desenvolvimento físico, psicológico, social e moral, se enquadra na definição de TI e é proibida para pessoas abaixo de 18 anos (BRASIL, 2017).

O trabalho de crianças e adolescentes é reconhecido como uma das formas de exploração mais danosa ao desenvolvimento do indivíduo. Seus efeitos repercutem em diversos aspectos da vida adulta e motivam o interesse em elaborar políticas para sua prevenção e eliminação (BRASIL, 2018).

Cabe salientar que o TI é um fenômeno complexo, que envolve questões econômicas, sociais e culturais, além de impactar na vida de crianças e adolescentes e em seu pleno desenvolvimento. Desta forma, sua erradicação completa demanda soluções intersetoriais e ações governamentais concretas e efetivas (BRASIL, 2017).

Ante ao exposto, é importante compreender como esse quadro do TI se apresenta no Brasil para que seja possível revelar a necessidade de prover medidas de controle. Além disso, permite que essa discussão seja cada dia mais ampliada, levando em consideração o setor judicial e demais setores envolvidos a fim de contribuir para execução das leis que visam o combate ao TI. Desse modo, objetivo desse estudo é analisar o trabalho infantil no Brasil entre os anos de 2004 a 2019.

2 | MÉTODO

Trata-se de um estudo documental tendo como fontes de dados informações referentes ao trabalho infantil no Brasil entre os anos de 2004 e 2019.

A coleta de dados ocorreu através de fonte de dados secundários, pré-existentes, oriundos de sites eletrônicos de acesso público e bases governamentais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Rede Peteca e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 e 2019.

Os dados foram organizados e/ou cruzados de forma a compreender as políticas públicas mais efetivas ao combate do trabalho infantil, a partir de um panorama estatístico fático do trabalho infantil no Brasil.

Tendo em vista que a proposta compreende um estudo de pesquisa documental, destaca-se que não é necessário a adoção de medidas subsidiadas pela Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012.

3 | RESULTADOS

Diante dos dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, observou-se que 1,768 milhões de crianças e adolescentes com idade entre cinco e 17 anos trabalham no Brasil.

Variáveis	Trabalho Infantil	
	Frequência	
	N	%
Sexo		
Masculino	1.174.000	66,4%
Feminino	594.000	33,6%
Faixa etária		
5 a 13 anos	376.584	21,3%
14 a 15 anos	442.000	25,0%
16 a 17 anos	949.416	53,7%
Cor		
Preta ou parda	1.168.648	66,1%
Outros	599.352	33,9%

Tabela 1. Perfil do trabalho infantil no Brasil segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Brasil, 2021.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2019).

Entre os números observados, 1174 milhões (66,4%) eram do sexo masculino e 594 mil do sexo feminino (33,6%). De acordo com as faixas etárias, o maior número de crianças e adolescentes tinham idade entre 16 e 17 anos (53,7%), seguido da faixa etária entre 14 e 15 anos (25,0%) e em menor número, os que possuíam entre cinco e 13 anos (21,3%). Os dados revelaram ainda, que os indivíduos de cor preta ou parda representavam a maior parte em condições de trabalho infantil (TI). Em relação aos locais que são desenvolvidas as atividades, 75,8% são na área urbana e 24,2% na área rural.

Variáveis	Trabalho Infantil	
	Frequência	
	N	%
Atividade		
Rural	427.856	24,2%
Urbana	1.340.144	75,8%
Total	1.768.000	100%

Tabela 2. Situação de trabalho infantil de acordo com as atividades desenvolvidas. Brasil, 2021.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2019).

Em relação ao sexo masculino, a faixa etária de 15 a 17 anos possuem maior número de crianças e adolescentes em situação de trabalho. Sendo a maior incidência nos estados de Minas Gerais (MG) com 156.994 e São Paulo (SP) com 198.167 indivíduos.

Trabalho Infantil			
	Faixa etária – Sexo Masculino		
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Estados			
Acre (AC)	1.051	4.203	7.879
Alagoas (AL)	629	5.663	17.616
Amapá (AP)	0	1.314	2.626
Amazonas (AM)	651	11.717	26.033
Bahia (BA)	9.182	40.870	116.888
Ceará (CE)	2.553	9.482	39.436
Distrito Federal (DF)	0	649	10.711
Espírito Santo (ES)	0	4.796	25.188
Goiás (GO)	452	15.821	47.020
Maranhão (MA)	3.759	33.073	73.663
Mato Grosso (MT)	876	9.634	28.900
Mato Grosso do Sul (MS)	1.325	3.978	22.091
Minas Gerais (MG)	12.028	48.987	156.994
Pará (PA)	6.185	36.881	80.286
Paraíba (PB)	3.231	20.687	23.917
Paraná (PR)	672	15.932	83.025
Pernambuco (PE)	1.814	22.259	64.263
Piauí (PI)	2.814	17.450	30.958
Rio de Janeiro (RJ)	0	3.835	39.775
Rio Grande do Norte (RN)	0	9.180	19.785
Rio Grande do Sul (RS)	3.667	19.708	89.376
Rondônia (RO)	541	6.214	15.675
Roraima (RR)	0	620	4.546
Santa Catarina (SC)	717	2.865	54.460
São Paulo (SP)	1.148	35.789	198.167
Sergipe (SE)	1.100	13.565	20.897
Tocantins (TO)	760	2.788	11.144
TOTAL	55.155	397.870	1.311.319

Tabela 3. Trabalho infantil no Brasil em relação ao sexo masculino e faixa etária. Brasil, 2021.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015).

Ainda no sexo masculino, os resultados mostraram maior número desenvolvendo atividades em zonas não agrícolas. Com destaque em SP com 214.440 pessoas, seguido de MG com 105.535 pessoas.

Trabalho Infantil		
	Atividade – Sexo Masculino	
	Agrícola	Não agrícola
Estados		
Acre (AC)	8.756	4.377
Alagoas (AL)	11.322	12.586
Amapá (AP)	1.051	2.889
Amazonas (AM)	22.135	16.266
Bahia (BA)	79.161	87.779
Ceará (CE)	22.681	28.790
Distrito Federal (DF)	973	10.387
Espírito Santo (ES)	11.394	18.590
Goiás (GO)	12.658	50.635
Maranhão (MA)	71.411	39.084
Mato Grosso (MT)	14.452	24.958
Mato Grosso do Sul (MS)	7.070	20.324
Minas Gerais (MG)	112.474	105.535
Pará (PA)	70.282	53.070
Paraíba (PB)	25.860	21.975
Paraná (PR)	19.292	80.337
Pernambuco (PE)	38.301	50.035
Piauí (PI)	35.463	15.759
Rio de Janeiro (RJ)	1.316	42.294
Rio Grande do Norte (RN)	10.596	18.369
Rio Grande do Sul (RS)	30.842	81.909
Rondônia (RO)	12.431	9.999
Roraima (RR)	2.067	3.099
Santa Catarina (SC)	9.313	48.729
São Paulo (SP)	20.664	214.440
Sergipe (SE)	20.165	15.397
Tocantins (TO)	7.597	7.095
TOTAL	628.007	1.084.707

Tabela 4. Trabalho infantil no Brasil em relação ao sexo masculino e zona da atividade realizada. Brasil, 2021.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015).

Em relação ao sexo feminino, as crianças e adolescentes com faixa etária entre 15 – 17 anos também foram as com maiores números. Sendo a sua maior totalidade encontrada em SP com 159.492 pessoas.

Trabalho Infantil			
	Faixa etária – Sexo Feminino		
	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Estados			
Acre (AC)	175	1.225	2.805
Alagoas (AL)	0	1.888	5.036
Amapá (AP)	0	1.051	1.313
Amazonas (AM)	0	5.855	15.944
Bahia (BA)	3.163	18.585	52.064
Ceará (CE)	1.466	2.175	18.783
Distrito Federal (DF)	0	0	7.137
Espírito Santo (ES)	0	3.597	13.797
Goiás (GO)	452	4.972	31.198
Maranhão (MA)	1.504	6.014	26.305
Mato Grosso (MT)	0	2.190	16.638
Mato Grosso do Sul (MS)	884	2.210	15.466
Minas Gerais (MG)	3.098	28.902	79.530
Pará (PA)	2.575	12.463	30.031
Paraíba (PB)	1.292	9.695	15.513
Paraná (PR)	2.013	7.006	49.044
Pernambuco (PE)	1.813	9.185	23.965
Piauí (PI)	1.689	6.755	15.761
Rio de Janeiro (RJ)	0	3.221	24.431
Rio Grande do Norte (RN)	0	2.119	10.597
Rio Grande do Sul (RS)	1.467	14.039	49.508
Rondônia (RO)	0	1.350	6.755
Roraima (RR)	0	206	1.654
Santa Catarina (SC)	0	3.583	35.114
São Paulo (SP)	1.075	9.969	159.492
Sergipe (SE)	732	2.934	8.431
Tocantins (TO)	0	1.267	5.319
TOTAL	23.398	162.456	721.631

Tabela 5. Trabalho infantil no Brasil em relação ao sexo feminino e faixa etária. Brasil, 2021.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015).

Em relação a zona de trabalho, as do sexo feminino estão em maioria em serviços não agrícola com 731.187, sendo destas 169.388 pessoas de SP.

Trabalho Infantil		
	Atividade – Sexo Feminino	
	Agrícola	Não agrícola
Estados		
Acre (AC)	2.277	1.928
Alagoas (AL)	0	6.924
Amapá (AP)	262	2.102
Amazonas (AM)	12.362	9.437
Bahia (BA)	28.102	45.683
Ceará (CE)	2.932	19.492
Distrito Federal (DF)	0	7.137
Espírito Santo (ES)	5.398	11.996
Goiás (GO)	904	35.718
Maranhão (MA)	12.028	21.795
Mato Grosso (MT)	2.628	16.200
Mato Grosso do Sul (MS)	1.326	17.234
Minas Gerais (MG)	27.514	84.016
Pará (PA)	15.144	29.925
Paraíba (PB)	8.402	18.098
Paraná (PR)	8.733	49.331
Pernambuco (PE)	4.396	30.567
Piauí (PI)	13.509	10.696
Rio de Janeiro (RJ)	657	26.995
Rio Grande do Norte (RN)	2.119	10.597
Rio Grande do Sul (RS)	17.863	47.151
Rondônia (RO)	2.163	5.942
Roraima (RR)	0	1.860
Santa Catarina (SC)	3.585	35.112
São Paulo (SP)	1.148	169.388
Sergipe (SE)	2.567	9.530
Tocantins (TO)	253	6.333
TOTAL	176.272	731.187

Tabela 6. Trabalho infantil no Brasil em relação ao gênero feminino zona da atividade realizada. Brasil, 2021.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015).

Entre as atividades mais frequentes, estão as de administração pública, educação, saúde, serviços sociais coletivos e pessoas, as em comércio e reparação, na área de construção, área industrial de transformação, extração mineral, petróleo, gás, eletricidade e água, serviços domésticos, serviços de alojamento, alimentação, transporte, financeiros, imobiliários, e por fim, setor agrícola, pecuário, silvicultura, pesca e aquicultura.

Entre as atividades desenvolvidas, as em comércio e reparação apresentam o maior número. Depois dela estão as no setor agrícola. E SP apresenta-se em destaque em relação ao número de pessoas em situação de trabalho infantil.

	Trabalho Infantil						
	Atividade						
	Administração pública, educação, saúde, serviços sociais, coletivos e pessoais	Agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura	Comércio e reparação	Construção	Indústria de transformação, extração mineral, petróleo, gás, eletricidade e água	Serviços de alojamento, alimentação, transportes, financeiros e imobiliários	Serviços domésticos
Estados							
Acre (AC)	504	13.607	2.520	1.008	1.680	2.352	840
Alagoas (AL)	2.990	18.548	0	1.794	1.794	7.775	2.990
Amapá (AP)	258	2.322	1.807	1.032	0	258	2.067
Amazonas (AM)	3.765	45.137	13.483	4.075	2.506	6.584	3.449
Bahia (BA)	19.253	142.761	59.246	19.962	13.539	30.283	11.201
Ceará (CE)	8.604	50.313	28.003	8.371	20.902	17.256	11.188
Distrito Federal (DF)	5.794	915	8.841	2.440	1.220	8.235	0
Espírito Santo (ES)	6.462	21.748	15.281	9.400	6.463	10.579	4.114
Goiás (GO)	9.800	17.375	36.974	8.909	15.152	17.825	7.577
Maranhão (MA)	5.364	121.125	31.434	13.032	7.667	11.500	18.399
Mato Grosso (MT)	5.140	14.139	22.702	2.573	5.997	10.708	4.713
Mato Grosso do Sul (MS)	4.216	8.426	17.701	6.320	2.109	5.900	5.480
Minas Gerais (MG)	28.084	105.204	86.634	27.562	36.109	45.002	25.584
Pará (PA)	10.292	97.488	43.690	11.642	30.007	20.804	9.375
Paraíba (PB)	4.358	36.748	17.440	4.981	5.605	9.341	3.736
Paraná (PR)	23.381	42.126	48.186	15.618	23.967	31.123	6.169
Pernambuco (PE)	7.251	35.745	21.723	6.172	19.116	11.052	8.030
Piauí (PI)	5.045	63.901	24.104	5.606	3.926	5.606	7.287
Rio de Janeiro (RJ)	12.295	5.167	27.809	11.654	5.824	23.309	5.818
Rio Grande do Norte (RN)	5.398	16.192	8.774	2.700	2.699	2.699	1.349
Rio Grande do Sul (RS)	23.492	60.978	47.793	17.638	30.737	21.788	9.815
Rondônia (RO)	252	16.373	6.801	2.771	2.015	3.022	2.518
Roraima (RR)	190	3.802	1.902	952	570	2.091	950
Santa Catarina (SC)	11.823	22.953	41.737	12.517	32.684	19.475	2.087
São Paulo (SP)	76.605	26.490	148.017	28.075	76.740	130.799	15.115
Sergipe (SE)	3.975	23.852	11.206	3.614	5.061	3.253	2.168
Tocantins (TO)	258	2.322	1.807	1.032	0	258	2.067

TOTAL	284.849	1.015.757	775.615	231.450	354.089	458.877	174.086
--------------	---------	-----------	---------	---------	---------	---------	---------

Tabela 7. Trabalho infantil no Brasil em relação ao as atividades realizadas pelas crianças e adolescentes. Brasil, 2021.

Fonte: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2014).

Os serviços domésticos apresentam um número bem menor em relação as atividades. Sendo mais frequente em MG com 25.584 pessoas. As atividades de comercio apresenta um total de 86.634 pessoas.

No setor de atividades agrícolas, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura os estados com maior número de pessoas em situação de trabalho infantil foi o Maranhão com total de 121.125 pessoas e a Bahia com número de 142.761 pessoas.

4 | DISCUSSÃO

Evidenciou que atualmente ainda existe um número grande de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil (TI), em especial na área urbana e do sexo masculino. Os trabalhadores são em sua maioria com idade entre 16 e 17 anos, de cor preta ou parta.

Os resultados revelam uma incidência maior nos estados de Minas Gerais (MG) e de São Paulo (SP) e entre as atividades, as mais representativas são as desenvolvidas em comercio e reparação, seguida dos serviços agrícolas pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura com maior incidência no Maranhão e na Bahia.

A pesquisa reforça o pensamento de Dias e Liberati (2006), onde revelaram que a mão de obra de crianças e adolescentes vem sendo explorada há anos. A justificativa para tal feito era a necessidade desses indivíduos lutarem pela sua sobrevivência e dos seus familiares.

Corroborando com os achados, um estudo revelou que a mão de obra infantil passou a ser mais utilizada nas industrias ainda no final do século XIX, se expandindo de maneira rápida pelo fato de serem pouco remunerados e se adaptarem mais facilmente aos locais e as atividades (CUSTÓDIO et al., 2018).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2011, com base em uma metodologia de análise diferente, revelou que na faixa etária de cinco a 17 anos, existiam um total de 8,6 milhões de indivíduos (BRASIL, 2012).

Diante da análise realizada ao longo dos anos sobre a prática de atividades que eram consideradas como TI, revelou-se uma queda ao longo do tempo. No ano de 1992 o número era de 8,42 milhões, que passou para 5,48 milhões em 2002, depois para 5,17 milhões em 2005 e já no ano de 2009, esse número era de 4,25 milhões (BRASIL, 2016).

O trabalho infantil apresentou uma redução entre os anos de 2004 e 2016, caindo de 5,3 milhões para um total de 2,7 milhões de pessoas. Entretanto essa redução não é igual

entre todos os estados e setores. Apesar de perceptível que a incidência dos casos de TI vem diminuindo ao longo dos anos por meio das ações que foram criadas, esses números ainda estão muito acima do recomendado, o que gera bastante preocupação (BRASIL, 2016).

Em contrapartida, dados levantados por Rodrigues (2018), revelou um aumento no índice de casos de TI, onde os resultados apresentaram que entre a faixa etária de cinco a 17 anos, existiam um total de 3,3 milhões de crianças e adolescentes em TI. Esses números revelam um aumento de 4,5% entre os anos de 2013 e 2014.

É importante dizer que apesar dos dados significativos, ainda não correspondem a real atualidade. Sendo assim, essa redução apontada pode ser caracterizada como uma falsa informação, pelo fato de existir muitos indivíduos que não são contabilizados nas estatísticas pelo fato de profissionais não identificarem os riscos e a gravidade do fato (FRENZEL, BARDAGI, 2014).

No contexto das idades, podem estar atrelados aos indivíduos com maiores habilidades e mais condicionamento físico para realizarem as atividades aos quais são direcionadas. As que possuem idade entre 15 e 17 anos eram mais da metade em trabalho nas atividades da área urbana, corroborando com os achados (BRASIL, 2016).

Diante das atividades, os dados revelam as áreas urbanas estão apresentando cada vez mais casos. A área urbana, portanto, é considerada como atrativa para o mercado de TI, em especial pelo fato de apresentarem uma estrutura mais atraente e maiores recursos tecnológicos e produtivos (FERREIRA-BATISTA, CACCIAMALI, 2012, NEVES, MENEZES, 2010).

Em relação as atividades, os dados revelam uma queda de 64% entre as atividades da zona rural, contra apenas 39% nas atividades na zona urbana (BRASIL, 2016). Contrapondo os achados, Kassouf e Santos (2010), revelam que entre os trabalhadores infantis com idade entre cinco e 15 anos as atividades mais frequentes eram na agropecuária e as com idade entre cinco e nove anos, eram as atividades em áreas rurais.

Entre as atividades realizadas as que possuem maior dificuldade de serem combatidas são as da agricultura, as atividades informais urbanas e também as atividades domésticas, além dessas estão os casos de exploração, que é a pior forma de TI (BRASIL, 2016).

As condições dos ambientes aos quais esses grupos estão inseridos é de extrema importância. Desse modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe a inserção desses indivíduos em ambientes insalubres e perigosos. Pois, os locais onde estes estão inseridos podem prejudicar todo o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes (CUSTÓDIO, VERONESE, 2013).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE. 2010), no Brasil existiam cerca de 3,4 milhões de crianças e adolescente em situação de TI e grande parte eram presentes na região Sudeste com um total de 1,1 milhão, seguidos da região

Nordeste com 1 milhão, região Sul com 617 mil, região Norte com 378 mil e por fim, a região Centro-oeste com 282 mil.

E se tratando da região do Nordeste, pode-se perceber uma redução de quase 59% no total de casos, entretanto no Sudeste essa redução foi de apenas 38% (BRASIL, 2016).

De acordo com os achados da pesquisa, os indivíduos mais presentes no exercício das atividades de TI eram do sexo masculino. Corroborando com os achados, um estudo realizado com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, revelou que o sexo masculino representava a maior parte dos indivíduos em TI. Além disso, o estudo apresentou que em relação as atividades agrícolas, a maior representatividade é do sexo masculino, evidenciando ainda a ligação do sexo feminino com as atividades domésticas (KASSOUF, SANTOS, 2010).

A respeito das atividades domésticas, em 2005 as atividades desse ramo foram as que mais ficaram em evidência no Brasil, onde existiam um total de 400 mil crianças e adolescentes exercendo tal atividade (IBGE, 2004).

As atividades domésticas são relacionadas a todo tempo, as questões de gênero, raça e classe sócia. Nesse contexto, as práticas de TI doméstico representam questões históricas, onde as mulheres eram responsáveis pelo cuidado da casa, enquanto os homens eram provedores do lar (TAVARES, 2002; RIZZINI, FONSECA, 2002).

Em relação aos serviços domésticos, a maior parte das crianças e adolescentes são do sexo feminino, um total de 94% segundo dados do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (BRASIL, 2017).

Diante disso, percebe-se que o TI envolve questões que vão além dos contextos atuais. A vivência de crianças e adolescentes em situações como estas acontecem desde muitos anos e para reduzir tais indicadores ainda é preciso desenvolver muitas ações e estratégias voltadas para esse público.

O alto índice de crianças e adolescentes desenvolvendo essas atividades dependem de vários fatores e engloba questões muito delicadas na sociedade. No Brasil uma das justificativas mais significativa é a pobreza que atinge uma grande parte da população. Além disso, outros fatores relacionados é a falta de acesso as inovações tecnológicas, falta de interesse em estudar e frequentar a escola, infraestrutura precária escolar, dentre outros (REIS, 2015; SILVA, KASSOUF, 2000).

É importante lembrar que as questões familiares interferem diretamente na exploração e no início precoce de crianças e adolescentes nos ambientes de trabalho, afinal grande parte desses indivíduos são de famílias de baixa renda, com baixa escolaridade e que possuem um histórico de início das atividades também ainda muito novos. Além de existe o fato da sociedade, que acredita e aponta as relações de trabalho ainda na infância como uma maneira de incentivo e de retirar os mesmos de ambientes ilícitos, defendendo que a prática do TI é fundamental para criação de pessoas dignas (CUSTÓDIO, VERONESE, 2013).

Desse modo, os resultados transparecem a ineficiência do cumprimento do papel das políticas públicas nas questões de erradicação e combate ao TI, revelando que as atuais políticas públicas direcionadas a esse público ainda estão em processo de aperfeiçoamento e melhorias, afinal todas as questões que envolvem a proteção das crianças e dos adolescentes foram desenvolvidas consideravelmente há pouco tempo e por isso ainda precisa de muito mais atenção (RODRIGUES, 2018; CUSTÓDIO et al., 2018).

Por este motivo, é de extrema importância identificar as condições e os aspectos que estão direcionados ao trabalho infantil no Brasil, de modo a orientar e direcionar os órgãos e serviços públicos nas tomadas de decisões e na elaboração de novas legislações e planos de ação voltados para a erradicação do trabalho infantil, para a melhoria na qualidade de vida das crianças e dos adolescentes do país e por fim, para garantir que os direitos desses indivíduos sejam alcançados de forma eficiente.

5 | CONCLUSÃO

Diante dos resultados apresentados, nota-se que no Brasil, muitas crianças e adolescentes com idade entre cinco e 17 anos ainda se encontram em situação de trabalho infantil, desenvolvendo em especial atividades urbanas.

Frente aos números de indivíduos nessa situação muito mais elevado do que era esperado, revela-se a necessidade de desenvolver novas políticas públicas voltadas para esse público e fiscalizar de maneira mais rigorosa os ambientes de trabalho, pois só assim será possível garantir que crianças e adolescentes possam viver todas as fases da sua vida com qualidade e com todos os direitos que lhe são cabíveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável**. Ministério das relações exteriores. 2019.

BRASIL. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Trabalho Infantil Trabalho Infantil e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2017

BRASIL. **III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador**. 2018.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Ranking do trabalho infantil nos estados brasileiros - 5 a 17 anos - PNAD 2011**. 2012

BRASIL. Organização Internacional do Trabalho OIT. **O que é trabalho infantil**. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. 2. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2016.

BRASIL. Rede Peteca. **Trabalho infantil e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: qual é nossa luta até 2030.** 2017.

CUSTÓDIO, André Viana et al. **A Influência do Direito Internacional no Processo de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil.** Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v. 23, n. 2, p. 178-197, 2018.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho infantil doméstico.** São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Fábio Muller Dutra; LIBERATI, Wilson Donizeti. **Trabalho infantil.** São Paulo: Malheiros. Editores, 2006.

FERREIRA-BATISTA, Natalia; CACCIAMALI, Maria Cristina. **Migração familiar, trabalho infantil e ciclo intergeracional da pobreza no estado de São Paulo.** Nova Economia, v. 22, p. 515-554, 2012.

FRENZEL, Heloiza de Sousa; BARDAGI, Marucia Patta. **Adolescentes trabalhadores brasileiros: um breve estudo bibliométrico.** Revista Psicologia Organizações e Trabalho, v. 14, n. 1, p. 79-88, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Nacional.** 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Censo Nacional.** 2004.

KASSOUF, Ana Lúcia; SANTOS, Marcelo Justus dos. **Trabalho infantil no meio rural brasileiro: evidências sobre o "paradoxo da riqueza".** Economia Aplicada, v. 14, p. 339-353, 2010.

NEVES, ECJ; MENEZES, TA de. Bolsa Família, crises econômicas e trabalho infantil: diferentes impactos no Nordeste e Sudeste. **Encontro Nacional da ENABER,** v. 13, 2010.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.** 2015.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento humano.** Artmed editora, 2013.

REIS, Suzéte da Silva. **Ações e estratégias de políticas públicas para o enfrentamento da exploração do trabalho infantil nos meios de comunicação no marco da teoria da proteção integral aos direitos da criança e do adolescente.** 2015.

RIZZINI, Irene; FONSECA, Claudia. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos, culturais e tendências atuais.** Brasil, OIT, 2002.

RODRIGUES, Otilia Alves. **Trabalho infantil um contexto jurídico e social.** FESPPR Publica, v. 2, n. 2, p. 7, 2018.

SILVA de Deus Vieira, Nancy; KASSOUF, Ana Lúcia. **Mercados de trabalho formal e informal: Uma análise da discriminação e da segmentação.** Nova Economia, v. 10, n. 1, p. 41-77, 2000.

TAVARES, Maurício Antunes. **Onde está Kelly?: O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife.** Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aborto 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 123

C

Cível 32, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 236, 238

Crime organizado 56, 58, 59, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

D

Descriminalização 1, 2, 10, 11, 13, 14, 15

Direito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 75, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 108, 109, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 179, 180, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 206, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 227, 228, 229, 235, 238, 239, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252

E

Eleitoral 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251

Esquecimento 19, 104, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165

Estado de exceção 17, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28

Estado de necessidade 21, 23, 26, 43, 59, 60, 61, 62, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129

F

Feminino 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 131, 135, 166, 169, 171, 172, 173, 177

Fenômeno 71, 154, 155, 158, 163, 164, 168

Funcionamento 42, 81, 83, 95, 160, 162, 218, 238, 245, 246

H

Humanização 112, 113, 116, 117

I

Infantil 107, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179

J

Justiça 2, 4, 7, 26, 30, 40, 42, 55, 56, 57, 58, 64, 65, 85, 90, 91, 96, 98, 101, 111, 112, 117, 134, 135, 136, 138, 140, 145, 146, 147, 157, 158, 163, 183, 188, 219, 220, 221, 223, 230, 231, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251

L

Legítima defesa 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 120, 123, 133, 134, 139

M

Métodos alternativos de solução de conflitos 216

Multidimensional 154, 250

P

Pena 13, 32, 38, 40, 56, 57, 60, 68, 71, 78, 81, 82, 88, 89, 94, 95, 102, 105, 106, 111, 112, 113, 117, 118, 126, 132, 133, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 157, 158, 190, 234

Penal 8, 9, 11, 12, 19, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 72, 75, 81, 82, 83, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 100, 101, 102, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 160, 165

Presídio 72, 73, 75, 76, 90, 92, 103, 106

Princípio da unicidade sindical 180, 183, 190, 193, 194, 195, 196, 197

Pro Reo 137, 138, 139

Prova ilícita 137, 138, 139

R

Revista vexatória 86, 87, 90, 91, 98, 100, 102

S

Segurança 23, 25, 30, 31, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 73, 74, 75, 78, 79, 82, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 111, 120, 130, 134, 143, 150, 155, 156, 160, 183, 186, 208, 213, 228, 229, 246, 250

Sindicato 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 220, 223

T

Trabalho 25, 31, 35, 36, 37, 38, 41, 53, 55, 56, 68, 69, 89, 93, 106, 109, 113, 115, 118, 132, 134, 135, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225,

227, 228, 230, 235, 241, 242, 245, 248, 249, 251

U

Uber 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215







O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

O DIREITO ENQUANTO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br